

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.435.735 - SP (2019/0017941-4)**

**RELATORA : MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES**  
**AGRAVANTE : MUNICÍPIO DE PIRACICABA**  
**PROCURADOR : RODRIGO PRADO MARQUES E OUTRO(S) - SP270206**  
**AGRAVADO : MARIA MERCES DE JESUS**  
**ADVOGADO : LUCAS CARDOSO - SP373325**

**DECISÃO**

Trata-se de Agravo em Recurso Especial, interposto pelo MUNICÍPIO DE PIRACICABA, contra decisão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, que inadmitiu o Recurso Especial, manejado em face de acórdão assim ementado:

"AGRAVO DE INSTRUMENTO Recurso interposto contra decisão que indeferiu o pedido de intimação da autora para emendar a precatória e fosse reaberto prazo para contestação Decisão que não se enquadra nas hipóteses do rol taxativo do artigo 1.015 do CPC Recurso não conhecido" (fl. 46e).

Nas razões do Recurso Especial, interposto com base no art. 105, III, **a**, da Constituição Federal, a parte ora agravante aponta violação aos arts. 260, II e 1.015, II, do CPC/2015, sustentando que é "requisito obrigatório das precatórias que elas sejam instruídas com o inteiro teor da petição inicial, além do instrumento de mandato conferido ao advogado do autor, sob pena de recusa de cumprimento", que "grave é o abrupto encerramento da Carta Precatória sem observar os prazos legais e sem oportunizar a realização da defesa da ré, em flagrante e inaceitável cerceamento de defesa" e que, "não obstante, esta decisão - ainda que de forma processual equivocada - resolveu o mérito da precatória ao considerá-la como cumprida. Logo, totalmente aplicável para o caso o permissivo legal do art. 1.015, II do CPC, dando guarida à interposição do Agravo de Instrumento manejado, o qual não foi conhecido pelo TJ/SP" (fls. 55/56e).

Por fim, requer o provimento do Recurso Especial, para "determinar a plena aplicabilidade do art. 260, II do CPC para precatórias que não contenham os requisitos legais"; e "determinar a incidência do art. 1.015, II do CPC para a decisão que encerra a carta precatória, dando-a por cumprida" (fl. 57e).

Sem contrarrazões, foi inadmitido o Recurso Especial, ensejando a interposição do presente Agravo.

A irresignação merece prosperar.

Na análise da presente controvérsia, o Tribunal de origem não conheceu do Agravo de Instrumento interposto contra a decisão que indeferira o pedido de intimação da autora para emendar a precatória, ao fundamento de que, a partir da interpretação do art. 1.015 do CPC/2015, "a decisão impugnada não se amolda às

hipóteses taxativas estabelecidas pelo Código de Processo Civil, de modo que de rigor o não conhecimento do recurso em questão" (fl. 47e).

Todavia, referido entendimento encontra-se em dissonância com a jurisprudência desta Corte. Isso porque está pacificado no âmbito deste STJ, mediante a sistemática dos recursos repetitivos, o entendimento de que o rol do art. 1.015 do CPC/2015 é de taxatividade mitigada, por isso, admite a interposição de agravo de instrumento quando verificada a urgência decorrente da inutilidade do julgamento da questão no recurso de apelação.

Confira-se a ementa do referido julgado:

"RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. DIREITO PROCESSUAL CIVIL. NATUREZA JURÍDICA DO ROL DO ART. 1.015 DO CPC/2015. IMPUGNAÇÃO IMEDIATA DE DECISÕES INTERLOCUTÓRIAS NÃO PREVISTAS NOS INCISOS DO REFERIDO DISPOSITIVO LEGAL. POSSIBILIDADE. TAXATIVIDADE MITIGADA. EXCEPCIONALIDADE DA IMPUGNAÇÃO FORA DAS HIPÓTESES PREVISTAS EM LEI. REQUISITOS.

1- O propósito do presente recurso especial, processado e julgado sob o rito dos recursos repetitivos, é definir a natureza jurídica do rol do art. 1.015 do CPC/15 e verificar a possibilidade de sua interpretação extensiva, analógica ou exemplificativa, a fim de admitir a interposição de agravo de instrumento contra decisão interlocutória que verse sobre hipóteses não expressamente previstas nos incisos do referido dispositivo legal.

2- Ao restringir a recorribilidade das decisões interlocutórias proferidas na fase de conhecimento do procedimento comum e dos procedimentos especiais, exceção feita ao inventário, pretendeu o legislador salvaguardar apenas as 'situações que, realmente, não podem aguardar rediscussão futura em eventual recurso de apelação'.

3- A enunciação, em rol pretensamente exaustivo, das hipóteses em que o agravo de instrumento seria cabível revela-se, na esteira da majoritária doutrina e jurisprudência, insuficiente e em desconformidade com as normas fundamentais do processo civil, na medida em que sobrevivem questões urgentes fora da lista do art. 1.015 do CPC e que tornam inviável a interpretação de que o referido rol seria absolutamente taxativo e que deveria ser lido de modo restritivo.

4- **A tese de que o rol do art. 1.015 do CPC seria taxativo, mas admitiria interpretações extensivas ou analógicas, mostra-se igualmente ineficaz para a conferir ao referido dispositivo uma interpretação em sintonia com as normas fundamentais do processo civil, seja porque ainda remanescerão hipóteses em que**

**não será possível extrair o cabimento do agravo das situações enunciadas no rol, seja porque o uso da interpretação extensiva ou da analogia pode desnaturar a essência de institutos jurídicos ontologicamente distintos.**

5- A tese de que o rol do art. 1.015 do CPC seria meramente exemplificativo, por sua vez, resultaria na repriminção do regime recursal das interlocutórias que vigorava no CPC/73 e que fora conscientemente modificado pelo legislador do novo CPC, de modo que estaria o Poder Judiciário, nessa hipótese, substituindo a atividade e a vontade expressamente externada pelo Poder Legislativo.

**6- Assim, nos termos do art. 1.036 e seguintes do CPC/2015, fixa-se a seguinte tese jurídica: O rol do art. 1.015 do CPC é de taxatividade mitigada, por isso admite a interposição de agravo de instrumento quando verificada a urgência decorrente da inutilidade do julgamento da questão no recurso de apelação.**

7- Embora não haja risco de as partes que confiaram na absoluta taxatividade com interpretação restritiva serem surpreendidas pela tese jurídica firmada neste recurso especial repetitivo, eis que somente se cogitará de preclusão nas hipóteses em que o recurso eventualmente interposto pela parte tenha sido admitido pelo Tribunal, estabelece-se neste ato um regime de transição que modula os efeitos da presente decisão, a fim de que a tese jurídica somente seja aplicável às decisões interlocutórias proferidas após a publicação do presente acórdão.

8- Na hipótese, dá-se provimento em parte ao recurso especial para determinar ao TJ/MT que, observados os demais pressupostos de admissibilidade, conheça e dê regular prosseguimento ao agravo de instrumento no que tange à competência.

9- Recurso especial conhecido e provido" (STJ. REsp 1704520/MT, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, CORTE ESPECIAL, julgado em 05/12/2018, DJe 19/12/2018).

Destarte, aplica-se, ao caso, entendimento consolidado na Súmula 568/STJ, **in verbis**: "O relator, monocraticamente e no Superior Tribunal de Justiça, poderá dar ou negar provimento ao recurso quando houver entendimento dominante acerca do tema".

Ante o exposto, com fulcro no art. 253, parágrafo único, II, **c**, do RISTJ, **conheço** do Agravo para **dar provimento** ao Recurso Especial, determinando o retorno dos autos à origem, a fim de que, afastando a fundamentação do acórdão recorrido relativo à taxatividade das hipóteses de cabimento do agravo de instrumento, analise seu cabimento à luz da jurisprudência desta Corte.

I.

Brasília (DF), 14 de fevereiro de 2019.

MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES

Relatora

